

A Interação do Direito Administrativo com o Direito Civil

Ação de Formação Contínua Tipo A | Lisboa, 26 de fevereiro de 2016 | Auditório do Instituto Nacional da Propriedade Industrial, Campo das Cebolas, Lisboa

Destinatários: Juízes, Magistrados do Ministério Público, Advogados e outros profissionais da área forense

09h45 ABERTURA

Direção do CEJ

10h00 As Implicações Civilísticas do Novo Regime Jurídico da Estruturação Fundiária, estabelecido pela Lei n.º 111/2015, de 27 de agosto

João Alves, *Procurador da República na 2.ª Secção cível (Almada) da Instância Central do Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa*

10h45 Loteamento, Reparcelamento e Destaques

Fernanda Paula Oliveira, *Professora da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra*

11h30 PAUSA

11h45 Usucapião, Acesso Industrial Imobiliária e Construção Clandestina

José Fernando de Salazar Casanova Abrantes, *Juiz Conselheiro e Vice-Presidente do Supremo Tribunal de Justiça*

12h30 DEBATE

Moderação: Laurinda Gemas, *Juíza de Direito e Docente do CEJ*

13h00 PAUSA PARA ALMOÇO

14h30 O Domínio Público Hídrico

Manuel António Bargado, *Juiz Desembargador do Tribunal da Relação de Évora*

15h15 Os Limites da Competência dos Tribunais Judiciais e dos TAF: Acidentes de Viação, Responsabilidade Hospitalar e Cobrança de Dívidas através de Injunção

Paula Fernanda Cadilhe Ribeiro, *Juíza Desembargadora da Secção de Contencioso Tributário do Tribunal Central Administrativo Norte*

16h00 DEBATE

Moderação: Gabriela Cunha Rodrigues, *Juíza de Direito e Docente do CEJ*

16h30 ENCERRAMENTO

Objetivos :

- Análise de problemáticas atinentes à propriedade fundiária, designadamente o fracionamento de prédios e a estruturação fundiária.
- Abordagem dos conflitos de jurisdição mais prementes em áreas como a responsabilidade civil hospitalar, os acidentes de viação e o domínio público hídrico.

**C E N T R O
DE ESTUDOS
JUDICIÁRIOS**